

"O QUE MAIS ME TRAZ INQUIETAÇÃO É A CRENÇA CEGA DE QUE EM TERRAS ESTADUNIDENSES TUDO PROSPERA POR SER AQUELE UM POVO OBSTINADO."

**OSCAR KROST MESTRANDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FURB), BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**ARTIGO: SOBRE AMERICANISMOS E BRASILDIDADES**  
**PÁGINA 10**

"DESDE O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM NORTE, EM JOSÉ BOITEUX, EM 1972, OS IMPACTOS CAUSADOS PELA BARRAGEM SÃO IMENSURÁVEIS E SE REPETEM A CADA NOVA ENCHENTE QUE OCORRE NA REGIÃO"

**JASOM DE OLIVEIRA, ASSESSOR DE PROJETOS DO CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS**  
**JOSÉ BOITEUX: AS ENCHENTES E O DESCASO COM A TERRA INDÍGENA XOKLENG LAKLÂNÔ**  
**PÁGINA 11**

"COM O ENFRAQUECIMENTO DA FURB, INFORMAÇÕES DOS DESASTRES FORAM CENTRALIZADAS EM FLORIANÓPOLIS."

**MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**A FURB E A GESTÃO DOS DESASTRES NO VALE DO ITAJAÍ**  
**PÁGINA 15**



## O HAITI É AQUI: BLUMENAU SE TORNA DESTINO DE IMIGRANTES

SAIBA OS MOTIVOS QUE FAZEM HAITIANOS VEREM BLUMENAU COMO ESPERANÇA. ELES FORMAM UMA COMUNIDADE NA ITROUPAVA CENTRAL, ONDE SE REÚNEM AOS DOMINGOS PARA O CULTO EM CRIOULO, O IDIOMA HAITIANO. PROTEGÊ-LOS DO DESCASO DE GOVERNOS E DA SUPEREXPLORAÇÃO DE EMPRESÁRIOS É DESAFIO. PÁGS 8 E 9

### SERVIDORES FAZEM GREVE DE 41 DIAS EM BLUMENAU

UM OLHAR SOBRE A MOBILIZAÇÃO QUE CHEGOU AO FIM EM 30 DE JUNHO E FORTALECEU A CATEGORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS  
**PÁGINAS 6 E 7**



JOÃO HENRIQUE QUOOS



### PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CATARINENSE ESTÁ AMEAÇADO

PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ESTADO ENFRENTA VANDALISMO E DESCASO  
**PÁGINA 5**

# FURB E OS PLANOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Anualmente na FURB, uma comissão interna e a Unimed se reúnem para pactuar os reajustes em diversos contratos coletivos que foram estabelecidos ao longo dos anos com os servidores da universidade. A negociação além de um ofício encaminhado com o reajuste proposto, inclui também um mapa mensal por contrato com o total de segurados, as receitas comparadas com as despesas e o índice de sinistralidade. A partir do ano passado para dar maior transparência acrescentou-se uma listagem por usuário e grupo familiar de cada contrato. Os planos coletivos como os nossos com mais de 30 usuários tem um reajuste não regulado definido entre as partes. Nos contratos com vencimento em abril o reajuste negociado ficou em 8,50% e 25% do contrato antigo. O contrato novo – o da migração de 2013 - com cerca de 1000 usuários negociado em maio ficou com um reajuste de 12,96%, considerado o limite em face da sinistralidade observada. Mesmo nos reajustes regulados nos planos individuais e nos coletivos com até 30 usuários o reajuste da ANS foi de 9,09%. Nosso reajuste nos planos tem ficado sistematicamente acima dos índices convencionais da inflação que são a referência de nossos reajustes salariais. Essa situação também é generalizada no Brasil e no mundo, já a algum tempo. Desde o início do plano Real, em julho de 1994 até o final de 2013, os serviços médicos e dentários acumulam alta de 473,50%, acima do IPCA no período: 345,05%. Os planos de saúde subiram ainda mais: 558,18% no mesmo período. Nos últimos 10 anos, os planos sobem sistematicamente mais do que a inflação. O argumento das empresas é que novos procedimentos encarecem os serviços. Um reajuste médio de 3% acima da inflação dobrará nossas despesas com

um plano de saúde em 25 anos e com 6% em 11 anos.

O cálculo do reajuste regulado da chamada “inflação da saúde” divulgado pela ANS não é um índice de preços. Para a análise da evolução dos custos assistenciais em saúde, uma relevante diferenciação é a separação em seus dois componentes, a variação dos custos médios e a variação das quantidades. A variação dos custos médios (custos unitários) representa o aumento dos preços dos insumos (proxy da inflação) e o aumento da incorporação tecnológica cumulativa do setor. A variação das quantidades (frequência de utilização), por sua vez, pode ser associada aos argumentos da ampliação do cuidado com a saúde e do envelhecimento da população.

A pergunta que se faz é: qual a realidade desse quadro no complexo de saúde? Quais os cenários que se configuram para o futuro?

A saúde é a segunda maior preocupação da população brasileira e a tendência mundial é que os gastos com saúde aumentem ano a ano, configurando um setor em forte ascensão. O aumento da renda, da escolaridade e do acesso à informação bem como o envelhecimento da população são alguns dos fatores que aumentam fortemente a procura por serviços de saúde. No entanto existe uma assimetria entre o crescimento dessa procura com o quadro de oferta de serviços de saúde, e é um quadro bastante desigual em diversas regiões de um país como o Brasil. Desde a criação da ANS – Agência Nacional de Saúde foi estabelecida um sistema regulatório no segmento de saúde suplementar, para o bem ou para o mal dependendo da parte interessada, mas que provocou uma redistribuição dos custos do seguro saúde bem como depurou uma quantidade grande de planos de seguro saúde que existiam até então, fortalecendo uma economia de escala dos grandes planos por meio de fusões e aquisições, mas que reduziu uma maior oferta dentro de novas regras.

O trabalho em saúde possui especificidades que o diferenciam dos outros trabalhos, pois implica um espaço relacional, envolvendo o usuário e o produtor. Uma área que vem ganhando mais força é a da “Economia da Saúde” corrente que se utiliza de alguns fundamentos com base, por exemplo, na teoria da agência, seleção adversa e risco moral. Relações que envolvem os interesses e motivações de vários grupos dentre os participantes desse complexo. Todo o arcabouço regulatório tem implicações nas estratégias e comportamentos desses grupos e entender o lado econômico e sociológico e para avaliar políticas públicas. Isso tem fundamento no gerenciamento dos contratos e das partes interessadas. A FURB enquanto universidade e produtora de conhecimento participa como um elo do complexo da saúde. Pergunta-se: como podemos contribuir com estudos que auxiliem no gerenciamento e eficiência da gestão do sistema? Muitas universidades estão produzindo avanços na compreensão de aspectos que não são apenas os tecnológicos e sim administrativos nesse sentido.

Tomamos conhecimento também sobre algumas maravilhas tecnológicas que estão chegando para melhorar nossa vida: nanomedicina, mini-robôs, monitoramento por chips integrados ao corpo ou roupas que aumentarão o bem-estar e começam a curar antes que as doenças apareçam, é a integração das tecnologias exponenciais do qual se promete que estarão cada vez mais baratas com os ganhos de escala. Quem detém o poder nessas tecnologias? Quando elas estarão disponíveis, para quem e qual o custo? Por enquanto é a curva de custo que tem aumentado e se dirigido exponencialmente para a direita. Nós gastamos a maior parte do nosso dinheiro nos últimos 20% da vida. O que seria se nós pudéssemos gastar e incentivar posições no sistema de assistência médica e em nós mesmos para mover a curva para a esquerda e melhorar a nossa saúde, alavancando tecnologia ao mesmo tempo?

## “QUANTO MAIS INFORMAÇÃO CIRCULAR NA UNIVERSIDADE, MELHOR. A COMUNICAÇÃO É UM PROBLEMA CRÔNICO”

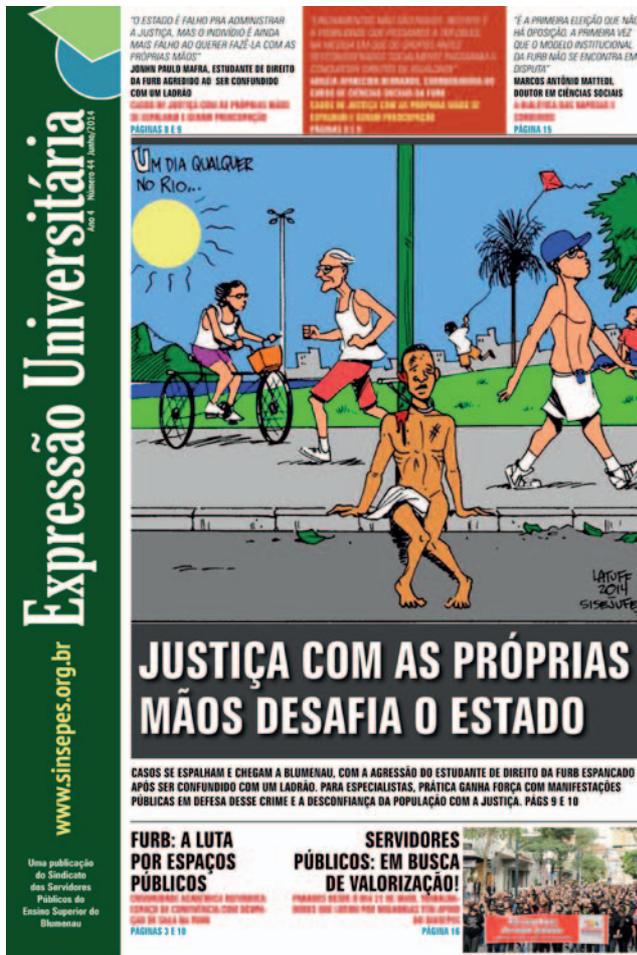
LAZÁRO BRUNO CABRAL LELES,  
Presidente do DCE da FURB e aluno do curso de Engenharia de Telecomunicações

“MUITO BOAS AS MATÉRIAS DO EXPRESSÃO DE JUNHO. A QUE MAIS ME CHAMOU ATENÇÃO FOI “A HISTÓRIA DE UM DIA ESCOLAR, TÍPICO NA VIDA DE JOÃO”, INTERESSANTE A CRÍTICA À REALIDADE DO ENSINO PÚBLICO E TAMBÉM À VIDA DE TRABALHADORES, SEM TEMPO PARA DAR ATENÇÃO AOS SEUS FILHOS...”

GABRIELA MARCHIORATO DRAPCYNISKI, Jornalista

## “LI O ESPECIAL DO EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA/MAIO SOBRE OS CONTRASTES DE BLUMENAU. PARABENIZO PELA FORMA COMO O TEMA FOI CONDUZIDO. SOU PROFESSOR DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, DO SENAI, E COMENTEI COM OS ESCOLARES. FOI INTERESSANTE PARA PENSAR UMA BLUMENAU PARA ALÉM DAQUILO QUE É APRESENTADO NA MÍDIA CONVENCIONAL, DAQUILO QUE APENAS OS OLHOS VEEM E PARA CHAMAR ATENÇÃO PARA PROBLEMAS QUE, MUITAS VEZES, VARREMOS PARA DEBAIXO DO TAPETE. PARABÉNS”

ALBIO FABIAN MELCHIORETTO, professor



**PARTICIPE DO EXPRESSÃO!** Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

### DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

**Presidente:** Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura:** Nazareno Schmoeller

### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:** Edegar Valério Mafra (NRTV), Selésio Rodrigues (DAC)  
**Suplentes:** Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

**Jornalista responsável:** Magali Moser (02353 JP-DRT/SC)  
**Diagramação e edição:** Magali Moser  
**Projeto gráfico:** Ana Lucia Dal Pizzol

**Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



## Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

**Endereço:** Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

**Telefone:** 47 3321-0400 | 47 3340-1477

**E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br

**Página:** www.sinsepes.org.br





# INTERNAS



## PROFESSORA DA FURB PESQUISA UNIDADES HABITACIONAIS

A arquiteta Keila Peixer, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB apresentou dia 2 de julho sua dissertação de Mestrado para a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal para o Vale do Itajaí. A dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, trata de uma avaliação de pós-ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida em Blumenau. Nesta pesquisa, 41 unidades habitacionais foram visitadas, em dois conjuntos habitacionais executados após o desastre de 2008. O objetivo da apresentação foi contribuir para o contínuo aperfeiçoamento dos Programas Habitacionais de Blumenau e região, trazendo os dados desta pesquisa científica para o conhecimento dos interlocutores da política habitacional. A pesquisa analisou a adequação dos projetos às características das famílias moradoras, trazendo informações valiosas sobre o uso dos espaços das moradias.

## SOBRE PONTUAÇÕES E CRITÉRIOS NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Em junho foi apresentada em reunião do Colegiado Ampliado a redação preliminar da alteração da Resolução nº 37/2010, que dispõe sobre a escala de critérios e respectivas pontuações para a contagem de pontos para efeitos de enquadramento inicial e de progressão na Carreira no Magistério da Educação Superior e na Carreira no Magistério do Ensino Médio e Educação Profissionalizante-(ETEVI). Os assuntos mais discutidos foram a inclusão de novos critérios de pontuação para os docentes da ETEVI, que inclui titulação e produção científica. A divisão da pontuação entre mais de um autor em artigos científicos e o critério da definição pela classificação dos periódicos no Sistema QUALIS da CAPES, quando os autores são de diferentes áreas do conhecimento também ocuparam a maior parte da discussão. A proposta da minuta ainda será levada ao CONSUNI para deliberação e votação.

## BLUMENAU ABRE AS CORTINAS PARA 27º FITUB DE 17 A 24 DE JULHO

O 27º FITUB ocorre de 17 a 24 de julho e é um dos mais importantes eventos de ensino, pesquisa e extensão do calendário do teatro universitário brasileiro e sul-americano. E, pela primeira vez, a coordenação do festival terá a assessoria de uma comissão institucional composta por professores e servidores da Universidade Regional de Blumenau (FURB), assim como membros da comunidade. No ano em que completa 50 anos de história no Ensino Superior do Vale do Itajaí, a FURB traz a Blumenau, para abertura do FITUB o espetáculo "Os Gigantes da Montanha", do aclamado Grupo Galpão, de Belo Horizonte, com direção de Gabriel Villela. A apresentação será no dia 17 de julho, às 20h30, no Teatro Carlos Gomes. A entrada é gratuita, no entanto é necessária a retirada antecipada de ingresso, o que poderá ser feita a partir do dia 14 de julho junto à bilheteria do Festival no Teatro Carlos Gomes. E de 14 a 16 de julho, na recepção do Bloco A da FURB. A fábula conta a chegada de uma companhia teatral decadente a uma vila mágica, povoada por fantasmas e governada pelo mago Cotrone. A peça é uma alegoria sobre o valor do teatro, da poesia e da arte e a capacidade de comunicação com o mundo moderno, cada vez mais pragmático e empenhado nos afazeres materiais.



## FIES AGORA TAMBÉM PARA ESTUDANTES DE PÓS GRADUAÇÃO

Foi publicada no Diário Oficial da União dia 02 de julho a decisão do MEC estendendo o acesso aos recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para alu-

nos de cursos de mestrado, doutorado e educação profissional de nível médio que também poderão financiar o pagamento de suas mensalidades.

## ESTUDANTES DE JORNALISMO FAZEM EXPOSIÇÃO SOBRE PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA EM BLUME-

A primeira exposição dos estudantes do curso de Jornalismo da FURB já tem data marcada: será entre os dias 15 e 31 de agosto a mostra sobre os primórdios da imprensa em Blumenau. A exposição acontece no segundo pavimento do Shopping Neumarkt próximo à loja Meninos e Meninas. A iniciativa é fruto do trabalho interdisciplinar de História do Jornalismo, ministrada pelo professor Evandro de Assis, e Mídia Regional, pela professora Magali Moser.

Em Blumenau, a chegada da imprensa ocorre com o surgimento do Blumenauer-Zeitung, em 1881, embora as tentativas de implantação do primeiro jornal remetem ao ano de 1879 e antes disso já circulava por aqui o Kolonie-Zeitung, publicado em Joinville. A exposição remete a uma volta ao passado a partir dos três jornais pioneiros: Blumenauer-Zeitung, Immigrant e Der Urwaldsbote. A mostra conta

ainda com o apoio fundamental do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, onde ocorreram algumas aulas e pesquisas dos alunos no primeiro semestre do ano. Certamente é o resultado inicial de um trabalho que promete render ainda muitos frutos.



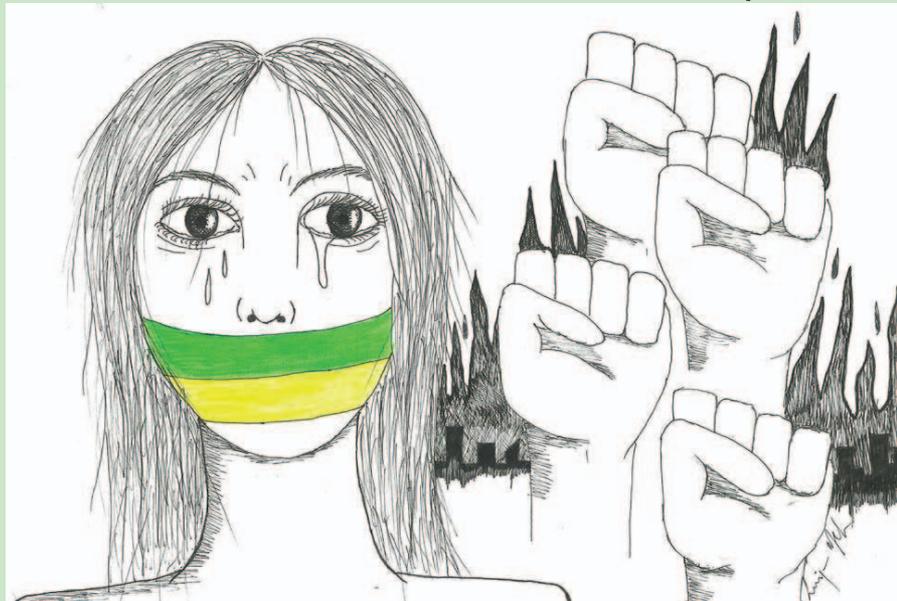
# GRITOS DE QUE(M)?

POR GIANA CARLA LAIKOVSKI

Aluna do curso de Ciências Sociais - PARFOR e mestranda da UFSC - gianacl@yahoo.com.br

A bola rola, a rede balança, o "mundo" grita  
E daí?  
O mundo grita de dor todos os dias  
Dor da desigualdade, dor do trabalho, dor da fome,  
Mas quem escuta estes gritos?  
Contidos no cansaço do labor, na fadiga da rotina  
Alguém ouve? Alguém entende? Alguém sente?  
Como permanecer inerte, diante do que está?  
Teorias explicam, mas não transformam  
Se reduzidas às páginas de um livro  
É preciso que as palavras cheguem às ruas  
Que os gritos, antes contidos, rompam com os tam-  
pões que impedem o barulho  
Que rompam com o comodismo de quem a condena  
a luta  
Que rompam com o intelectualismo de quem critica  
a transformação  
Podem me acusar do que quiserem: imatura(-)incon-  
sequente(-)utópica  
Mas eu prefiro seguir ao horizonte da revolução  
Do que permanecer surda aos gritos da exploração

ILUSTRAÇÃO POR LUIZA MELO



## SOBRE O JORNALISMO E OS JORNALISTAS

POR MÍRIAM SANTINI DE ABREU

Jornalista - misabreu@yahoo.com.br

**P**alavras podem encantar e brutalizar. Podem tornar banal o sentimento mais arrebatador; podem cobrir de enlevo o fato mais casual. Li "Passeio ao farol", de Virginia Woolf, e me lembro ainda agora daquela escrita correndo como fogo líquido nas minhas veias. As mil e tantas páginas de "José e seus irmãos", de Thomas Mann, atravessai sedenta, devoradora. Eu sorria ao observar o livro fechado e pensar nos capítulos finais, aos quais eu não me rendia, antevendo o prazer dolorido do parágrafo final, da frase derradeira. História tão antiga, bíblica, sabida, mas contada por Mann como se, naquela narrativa, se escondesse o mais indevassado dos mistérios humanos. E por ter estendido as mãos a Mann, a quantas outras leituras ele me levou!

E os jornalistas, ah, o que são esses jornalistas que sabem deixar a letra rolar, enroscar-se com outra, deslizar o sentido, confundir... como disse mesmo Elaine Tavares... desalojar! Ai, um jornalismo que desaloja... que faz um ponderado sentir-se sem chão, um insolente tremer, um sábio perder a compreensão.

Oriana Fallaci, a jornalista italiana, também me desalojava. Era à procura dela que eu me estendia sobre as mesas da hemeroteca da Unisinos, em São Leopoldo, deslizando os dedos sobre os velhos exemplares da revista Realidade, que publicava textos da atrevida italiana. Na época da faculdade não havia a "Estante Virtual", e andei meses atrás de um livro dela, "Um homem". Encontrei-o sem querer numa banca na Feira do Livro em Porto Alegre. Puro Serendipity. Como jornalista e escritora, Fallaci é deleite de fera.

Marcos Faerman é assim. Revivem indefinidamente as pessoas que ele entrevistou para reportagens que não canso de ler. Os trindadeiros de Paraty que perderam as terras. Os homens e as águas envenenadas de Alagados. Kosak, o europeu enfeitado pelas sombras mortas dos índios xetás.

Eni Orlandi, em seus livros, costuma dizer que somos condenados, desde que nascemos, a interpretar. Precisamos dar um sentido ao mundo, dar um sentido às coisas que acontecem nele.

Assim, pode-se dizer que o jornalista é uma espécie de interpretador profissional, porque seu trabalho é produzir discursos sobre o mundo e fazê-los circular em diferentes meios.

Todos os dias, lemos textos e ouvimos jornalistas que nos trazem notícias de fatos próximos e distantes, e essas notícias são interpretações. Por isso é impossível falar em jornalismo isento.

Ficar isento é renunciar à interpretação. Isso é uma impossibilidade para o ser humano, porque parar de interpretar significa deixar de perceber o mundo, significa morrer.

Quando falamos de um jornalismo feito a partir do Brasil, da América Latina, renunciar à interpretação, ser isento, significa não só a morte individual, mas também a morte coletiva. E por quê?

Porque há, disponíveis, milhões de discursos sobre o mundo, mas poucos são capazes de ajudar a maioria das pessoas a compreendê-lo. E como mudar algo se não o compreendermos?

A questão é que abandonar a ideia da isenção também nos faz sair de uma certa zona de conforto, porque somos obrigados, diante dos fatos, diante da realidade, a fazer

escolhas, como seres humanos e como jornalistas. "Ouça sempre o outro lado", nos dizem. Mas há vários outros lados, há múltiplas versões. Qual levar em conta? A partir da qual, das quais, interpretar?

Essa pergunta transpira em cada pauta, em cada reportagem. E a resposta define o caminho jornalístico de cada um, e por isso a importância da leitura, da análise, da observação das coisas e das pessoas.

Nada disso impede as dúvidas, as inquietações terríveis, a sensação de desamparo. Também, para esses momentos, é preciso buscar respostas.

A minha é a certeza de saber que escolhemos uma profissão privilegiada. Todos os dias, saímos de casa para interpretar o mundo, por força de ser humano e de ser jornalista. E todos os dias eu saio de casa sabendo disso, mas sabendo de um pouco mais.

Como dizia Paulo Freire, tudo na História é possibilidade, nada está determinado. Então, ser jornalista é sair de casa sabendo que o nosso trabalho tem um propósito: é mostrar essas possibilidades que nascem, que se constroem dia a dia em todos os lugares nesse tempo que nos é dado viver.

E do que nos serviria falar sobre essas possibilidades de construção da História? Bem, mais uma vez só posso dar a minha resposta, e para ela uso uma frase de Dom Hélder Câmara, bela não importa a crença, que costumava dizer: "Deus deu ao ser humano o poder e a responsabilidade de não se conformar com o sofrimento e com a dor do inocente, mas de combater o mal e a injustiça. Esta é a tarefa de todos nós".

\*A FURB implantou o Curso de Jornalismo em 2014.

# A VANDALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SANTA CATARINA

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA

Professor de História no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Mestrando em Desenvolvimento Regional (PPGDR/FURB) - viegasfernandesdacosta@gmail.com

Inscrições rupestres na Pedra do Galeão (Garopaba/SC). À esquerda grafismo pré-colonial e, à direita, a inscrição de um touro, ato de vandalismo recente neste importante sítio arqueológico

**H**á quase 5 mil anos os egípcios construíram a pirâmide de Quéops. O que você diria se a atual população do Egito destruísse esta pirâmide para aproveitar suas pedras em calçamentos ou na construção de muros? A ideia soa tão absurda, que tal exercício de imaginação parece impossível, não é mesmo? Afinal, Quéops, assim como outras construções e vestígios de culturas antigas, constitui importante patrimônio arqueológico que serve não apenas aos interesses da economia do turismo, mas também como elemento fundamental na construção da identidade egípcia. Fonte de trabalho, renda e reconhecimento, o patrimônio arqueológico egípcio é testemunha do engenho humano, de uma complexa e cruel divisão social do trabalho, e da nossa relação com o metafísico. Toda nossa cultura não seria a mesma se simplesmente tivéssemos destruído o patrimônio arqueológico egípcio em nome de uma modernidade voraz. Se ousássemos tomar das pedras de Quéops para assentá-las em calçamentos.

Em paralelo ao desenvolvimento da antiga cultura egípcia, diversos povos também desenvolviam suas culturas no litoral catarinense. Provindos principalmente do interior do continente americano desde aproximadamente 7 mil anos, nosso litoral foi povoado pelas culturas Umbu e Humaitá e, a partir de 5 mil anos, pelos sambaquieiros, responsáveis pela construção dos sambaquis, nossos principais marcos paisagísticos pré-coloniais.

A arqueóloga Madu Gaspar, em seu livro “Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro”, define o sambaqui como o resultado de um ordenado trabalho social que tinha por objetivo, entre outras coisas, construir um imponente marco paisagístico. Ou seja, um sambaqui resulta de uma atividade construtiva consciente do ser humano, e não apenas como um amontoado de conchas. Sua construção representa o trabalho de sucessivas gerações que sobre ele habitaram, e seu interior abriga sepultamentos, instrumentos líticos como os zoolitos, objetos talhados em ossos, artesanato decorativo de uso corporal, além de vestígios diversos da vida cotidiana. Em muitos casos, os sambaquis apresentam, em seus estratos superiores, vestígios da presença de culturas ceramistas mais recentes, como a dos itararés e dos carijós (estes últimos dizimados no contato com os europeus).

Alguns dos sambaquis encontrados no litoral sul de Santa Catarina estão dentre os maiores do mundo. Entretanto, apesar da sua anti-

guidade e riqueza arqueológica, há décadas vêm sendo ocupados pela expansão urbana e destruídos para servirem na construção civil, na produção de adubos e para o aterramento de terrenos. Muitos foram utilizados na composição da base para a construção da BR-101. Poucos foram preservados e incorporados ao patrimônio cultural brasileiro, como alguns em Joinville. Outros aparecem sinalizados por placas às margens de rodovias, como é o caso do sambaqui localizado junto à praça de pedágio nos limites entre Palhoça e Paulo Lopes. Estes, entretanto, sem qualquer fiscalização e trabalho de educação patrimonial, ficam à mercê das escavações não autorizadas que têm por objetivo o furto e comercialização de artefatos pré-coloniais no mercado clandestino.

Se parece absurdo destruir uma pirâmide egípcia para utilizar suas pedras na construção de muros e calçadas, por que não soa absurda a destruição dos nossos sambaquis, construídos há quase 5 mil anos e que abrigam a história de dezenas de gerações que ali deixaram seus registros?

Importante dizer que, para além dos sambaquis, o litoral catarinense é rico em outros sítios arqueológicos. No município de Garopaba, por exemplo, próximo à praia da Ferrugem, turistas caminham sobre antiquíssimas oficinas líticas, locais onde povos pré-coloniais produziam suas ferramentas e armas de pedra, sem se darem conta da história do local. Estas oficinas se espalham de norte a sul do nosso estado, e poderiam agregar valor ao turismo catarinense. Entretanto, são ignoradas e vandalizadas, inclusive pelo próprio poder público, que tem a responsabilidade de preservá-los. Neste sentido Keler Lucas, em seu livro “A arte rupestre em Santa Catarina”, denuncia que em 1975 o poder público municipal de Garopaba ordenou a destruição, à marretadas, da oficina lítica do Costão da Casqueira, para aproveitar as pedrinhas negras no calçamento da praça central da cidade. Absurdos como este, entretanto, não são exceção, e a vandalização do patrimônio arqueológico em Santa Catarina continua sendo praticada.

Tão importante quanto os sambaquis e as oficinas líticas é o conjunto de inscrições rupestres distribuídas pelo litoral centro-sul catarinense. André Prous, em seu livro “Arqueologia Brasileira”, ao tratar dos sítios rupestres da tradição litorânea catarinense, encontrados em uma área que envolve a Ilha de Santa Catarina e se estende ao Sul até Garopaba, afirma que estes sítios possuem um caráter único. Prous defende que estas inscrições rupestres não podem ser com-

paradas a nenhum outro conjunto rupestre conhecido atualmente; tratando-se assim de uma criação local. Sua constatação é, por si, dado suficiente para garantir a importância dos estudos e da preservação destas inscrições, cujos autores permanecem ainda indeterminados. No caso específico de Garopaba, as inscrições são encontradas na Ilha do Coral, situada em alto mar entre a Praia da Pinheira (Norte) e Garopaba (Sul) e, na área continental, na Pedra do Galeão, próxima à Praia da Silveira. A Pedra do Galeão representa um conjunto arqueológico-paisagístico sui generis na região, com uma morfologia particular e uma vista bastante particular do Oceano Atlântico. Apesar disso, em recente visita ao local, João Henrique Quoos, professor do Instituto Federal de Santa Catarina, constatou a recente vandalização deste importante sítio arqueológico.

Garantir a preservação dos sítios arqueológicos do litoral catarinense, e promover políticas de educação patrimonial e de incorporação deste patrimônio às estratégias do turismo arqueológico, envolvendo as populações locais, seria importante alternativa de trabalho e renda e de enriquecimento de nossa identidade. Para além, é nos sítios arqueológicos que poderemos encontrar respostas para uma série de questões ambientais, éticas e tecnológicas do presente. A destruição destes espaços representa, assim, a destruição destas respostas e de novas questões. Afinal, destruir nossos sambaquis, oficinas líticas e inscrições rupestres, como vimos fazendo, é o mesmo que os egípcios derrubarem Quéops para construir muros. Um absurdo tão grande quanto este que permitimos acontecer sob nossos olhos.

“

**Garantir a preservação dos sítios arqueológicos do litoral catarinense, e promover políticas de educação patrimonial e de incorporação deste patrimônio às estratégias de turismo arqueológico, envolvendo as populações locais seria importante alternativa de trabalho, renda e de enriquecimento de nossa identidade**



# UMA GREVE HISTÓRICA PARA BLUMENAU

FOTOS: MAGALI MOSER

*POR MAGALI MOSER*

Jornalista - magali.moser@gmail.com

**F**oram 41 dias de resistência. Parados de 21 de maio a 30 de junho, os servidores públicos municipais fizeram a maior greve da categoria em Blumenau, em número de dias parados e em adesão. No ápice do movimento, 3.600 servidores dos quase 9 mil chegaram a parar, de acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB). O movimento grevista foi marcado por passeatas massivas e polêmicas. A legitimidade da manifestação dos servidores públicos foi levada à discussão no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Uma paralisação no transporte público organizada pelo Sindicato dos Empregados das Empresas Permissonárias do Transporte Coletivo Urbano (Sindetranscol) também marcou a greve durante o último mês.

**“As críticas à greve são feitas por quem desconhece a situação dos servidores ou fruto da ignorância política de alguns. Nós não somos vagabundos. Somos trabalhadores lutando por melhores condições de trabalho e de educação para muitos filhos daqueles que nos condenam”**

Com adesivos em favor da greve na roupa, a cozinheira Sueli Duarte Ovídio, 48 anos, aderiu ao movimento com convicção. Trabalhadora do Centro de Educação Infantil Dário João Vieira, no Garcia, ela é servidora há 13 anos. Seu salário base é R\$ 860. “Não somos reféns de um sindicato, O Sindicato somos todos nós, servidores. Eles (os dirigentes) estão lá para nos representar. Mas não tomam decisões por nós. Não vamos desistir.

Com adesivos em favor da greve na roupa, a cozinheira Sueli Duarte Ovídio, 48 anos, aderiu ao movimento com convicção. Trabalhadora do Centro de Educação Infantil Dário João Vieira, no Garcia, ela é servidora há 13 anos. Seu salário base é R\$ 860. “Não somos reféns de um sindicato, O Sindicato somos todos nós, servidores. Eles (os dirigentes) estão lá para nos representar. Mas não tomam decisões por nós. Não vamos desistir.

Vamos lutar até o fim”, disparou num dos últimos dias da greve, em frente à prefeitura.

“As críticas à greve são feitas por quem desconhece a situação dos servidores ou fruto da ignorância política de alguns. Nós não somos vagabundos. Somos trabalhadores lutando por melhores condições de trabalho e de educação para muitos filhos daqueles que nos condenam”, considera a servidora.

Aos 57 anos a servidora Osvanir Reinert, 57, também participou da greve. Servente de serviços gerais do Colégio Vidal Ramos, no Bairro Vorstadt, ela não escondia a indignação:

“Como servidora há 27 anos, esse tempo todo de trabalho, eu ganho R\$ 750,00. Dá pra uma pessoa viver com isso?”, questionava.

Apesar da inquietação, ela fala com carinho do trabalho. Diz ser apaixonada por crianças e ter sido testemunha de várias gerações.

Maria Lúcia dos Santos Machado, 60, trabalha há 20 anos como auxiliar de Serviços Gerais na Escola Almirante Tamandaré, na Ponta Aguda.

“Meu salário não chega a R\$ 830,00. Eu não tenho vergonha de dizer o quanto ganho. Quem tem de se envergonhar são eles (os gestores públicos)”, defende.

Sônia Regina Cordeiro, 45, é cozinheira no Abrigo Nossa Casa, na Rua Bahia. Ela esteve presente na greve desde o primeiro dia. No entanto, não abandonou as atividades que exerce no abrigo. Sabendo que não havia alguém para lhe substituir, passou a fazer o horário mais cedo e depois ia para a greve. “Isso aqui é humilhante. A gente está aqui por um direito nosso. Tenho quatro filhos. Se eu não trabalhar, falta comida em casa. Todo o dia eu venho para cá com a camiseta do movimento e tenho de escutar coisas do tipo que somos malandros. Saio de casa às 5h da manhã para trabalhar e vir pra cá e preciso ouvir esse tipo de insulto”, desabafa.

A greve foi organizada democraticamente

com ampla participação da base dos servidores. Contou com o apoio do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, que reúne 11 sindicatos de trabalhadores da cidade. No entanto, as tentativas da prefeitura de acabar com o movimento foram ilimitadas. O desembargador Carlos Adilson Silva autorizou a prefeitura de Blumenau a descontar os dias parados dos trabalhadores municipais da educação e da saúde que estão em greve e determinou a volta dos servidores ao trabalho ainda no início da greve. A prefeitura pediu ainda a cobrança da multa de R\$ 100 mil por dia de descumprimento da decisão judicial, mas o desembargador não acatou a solicitação. Na avaliação do SINTRASEB, a greve fortaleceu a união da categoria e possibilitou a sociedade debater os serviços públicos e a situação dos servidores públicos. O Sindicato considera que os trabalhadores saíram fortalecidos.

## CONSUNI ACATA PEDIDO DO SINSEPES

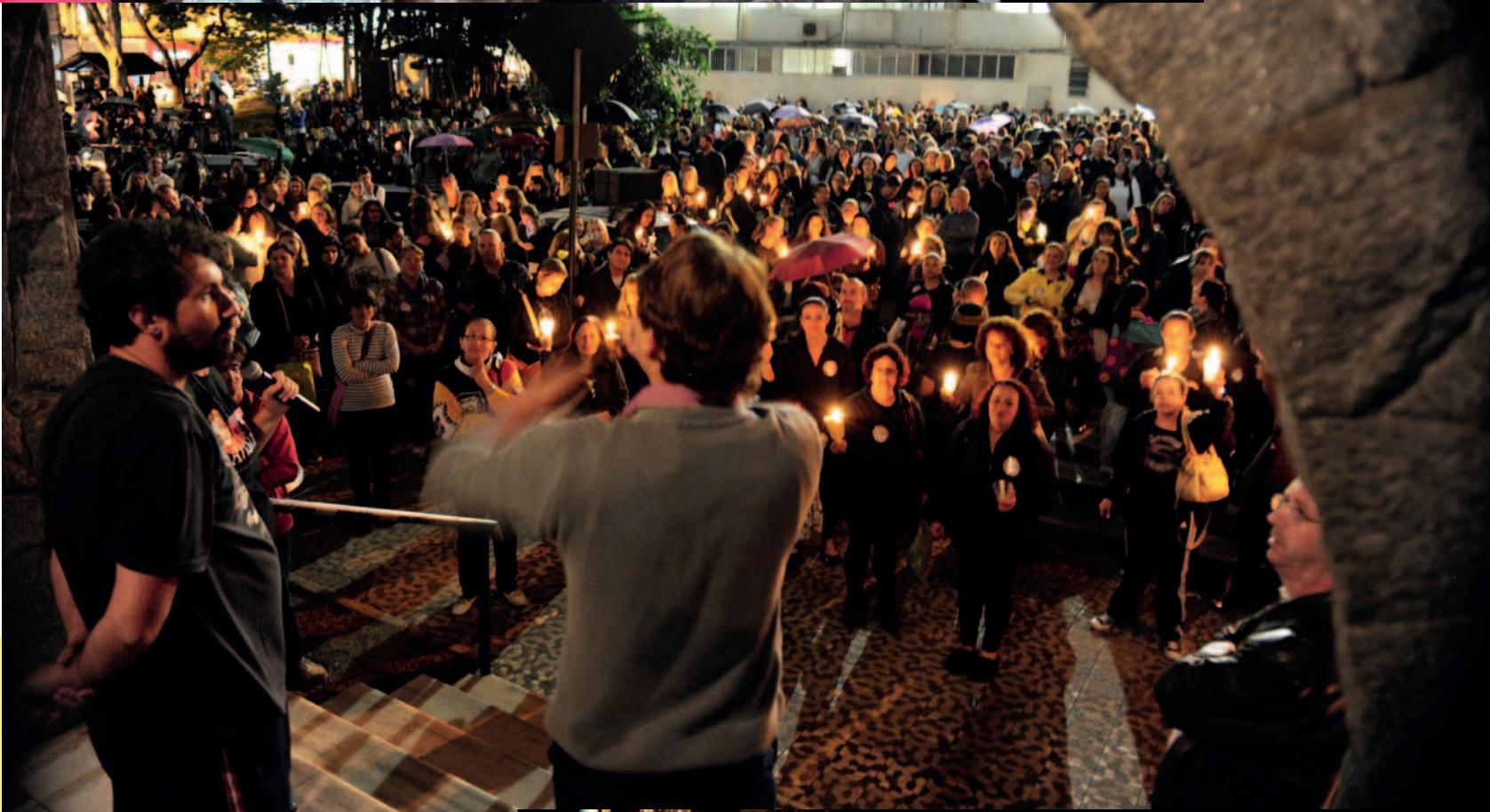
Por sugestão do SINSEPES, Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Regional de Blumenau, reunido na data de 26 de junho, manifestou-se frente ao impasse das negociações entre os servidores públicos e o Poder Público Municipal.

Enquanto órgão colegiado de uma Instituição de Ensino, defende a incondicional crença nos princípios e valores da democracia que devem pautar as condutas dos trabalhadores e gestores públicos.

Por esta razão, lamenta o impasse que vem impedindo o avanço da negociação entre as partes e defende o diálogo que permita um acordo consistente, para que se coloque um fim digno à greve dos servidores públicos municipais, já considerada a maior e mas difícil luta para a categoria”.



FOTOS: MAGALI MOSER



## PROPOSTA APROVADA

1. Ganho real de 3%:  
 - 1% em novembro de 2014;  
 - 1% em maio de 2015;  
 - 1% em maio de 2016;  
 - Mais reposição integral do INPC nos anos de 2015 e 2016, independente do crescimento da receita.  
 - ganho real Condicionado ao crescimento da receita acima do INPC

2. Revisão da tabela salarial:  
 - Categorias 1 e 2 com reenquadramento com efeito financeiro vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo que as bases do reenquadramento serão definidas no Comitê de Negociação Permanente, através de projeto de lei a ser encaminhado até dezembro de 2014 em regime de urgência (até o encerramento da sessão legislativa).  
 - Abono de 20,00 para as categorias 1 e 2 no período de julho a dezembro de 2014.

3. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Saúde:  
 - Envio de projeto de lei complementar até final de março de 2015.  
 - Projeto de Lei será discutido em conjunto com o Sindicato.

4. Pedido conjunto de extinção da ação judicial no Tribunal de Justiça, com renúncia da multa, mediante acordo entre as partes.

5. Desconto / reposição de 25 dias não trabalhados. Haverá desconto de 100% dos dias não trabalhados em sete parcelas, de acordo com o seguinte:

- Três dias na folha de junho, três na de julho, três na setembro, três na de outubro, três na de novembro e sete na de dezembro;
- Na medida em que os dias não trabalhados forem repostos pelos grevistas o governo se compromete a (1) ressarcir os dias descontados, (2) excluir do registro funcional, mediante a reposição, todas as faltas ali lançadas a esse título (greve).



# O DRAMA DOS HAITIANOS QUE CHEGAM AO VALE DO ITAJAÍ

Em busca de novas expectativas de vida, imigrantes mudam o cenário de Blumenau e Região

TEXTO: MAGALI MOSER **Jornalista - magali.moser@gmail.com**

FOTOS: ALEXANDRE ZELINSKI **Fotógrafo - alezelinski@gmail.com**

O idioma do culto da Igreja Assembleia de Deus domingo de manhã é o crioulo, a língua materna dos haitianos. Um público formado exclusivamente por peles morenas e negras participa da celebração. Não seria motivo de espanto, não fosse pela maciça adesão. Da pregação do pastor aos cantos, só se ouve a língua estrangeira. A sensação é a de estar num país distante, sem entender uma única palavra. Curioso se dar conta de que tudo isso ocorre no maior bairro de Blumenau e sede

do distrito industrial da cidade, a Itoupava Central. É ali, bem perto da Vila Itoupava, sempre lembrada pelas tradições germânicas e a grande concentração de descendentes alemães, que se multiplicam os haitianos em busca de um recomeço e oportunidades no município. fantis da América Latina. A fábrica na Itoupava Central reúne 230 empregados, dos quais 45 são trabalhadores haitianos. A empresa já trouxe três grupos de 20 haitianos cada para trabalhar na cidade. A primeira vez a assistente de Recursos Humanos Bruna Lopes foi até o Acre recrutá-los. “A seleção foi feita num galpão gigante onde tinham cerca de 800 haitianos. Enquanto eu entrevistava em média cinco numa sala, os outros arremessavam documentos, implorando por um trabalho. Foi uma experiência muito forte”, relembra.

Na Nathor, os haitianos são contratados pela CLT, como no caso dos brasileiros. A empresa garante não haver discriminação. A alta rotatividade levou a empresa a buscar os trabalhadores no Norte do país. Segundo a assessora de RH, os pontos mais favoráveis dos haitianos são a fidelidade e o comprometimento. Eles não costumam faltar e também valorizam a oportunidade. Mas as dificuldades também acompanham os migrantes, especialmente no quesito comunicação. No início, o total desconhecimento do idioma português implicava em transtornos para atividades corriqueiras, como abrir uma conta bancária ou fazer exame admissional. Além da língua, eles reclamam principalmente do frio. Muitos não tinham roupas adequadas para as baixas temperaturas.

Joel Dece, 39, Jean Paul, 26 e Jean Rosier, 32, fazem parte do primeiro grupo de haitianos que chegou à empresa, em junho do ano passado. Eles enfrentaram três dias de viagem, de ônibus. As passagens foram pagas pela empresa. Com um português arranhado e vestidos com as cores do Brasil em dia de jogo da seleção na Copa



do Mundo, os trabalhadores da seção de Montagem da Nathor transparecem a paixão pelo país que os recebeu. A auxiliar de cozinha da empresa, Mariza da Cruz, sentiu a mudança: “Eles comem principalmente arroz. Só não gostam de carne de porco”, conta. O principal meio de transporte dos haitianos em Blumenau é a bicicleta. O pedreiro Emanuel Faustim, 37, conduzia uma caminhonete no Haiti. Aqui, a magrela é seu transporte oficial. “E o carro dos haitianos no Brasil”, brinca. Ele mora com a mulher Alicia, numa quitinete na Itoupava Central. Os imprevistos marcam a rotina do casal. A pia do banheiro vira tanque de lavar roupas, na casa alugada.

“ A seleção foi feita num galpão gigante onde tinham cerca de 800 haitianos. Enquanto eu entrevistava em média cinco numa sala, os outros arremessavam documentos, implorando por um trabalho

nança econômica transformaram o país em rota de refugiados. Uma das empresas responsáveis por trazer os haitianos para Blumenau é a Nathor, considerada a maior fabricante de bicicletas in-

Na Itoupava Central, eles se reúnem todos os domingos de manhã para o culto em crioulo, a língua materna dos haitianos. A celebração ocorre na Igreja Assembleia de Deus

# MISSÃO BRASILEIRA NO HAITI FAZ DEZ ANOS E TEM APOIO DO 23º BI

Durante o expediente, a emoção não pode extravasar. O uso da farda aliado ao trabalho pesado exigem a contenção dos sentimentos. Mas quando fala sobre a Missão de Paz das Tropas Brasileiras no Haiti, o capitão Capeleto, do 23º Batalhão de Infantaria de Blumenau embarga a voz e não esconde as reações afetivas. Ele se refere à ida ao Haiti como “a missão de nossas vidas”. Apesar de ter ouvido a expressão por várias vezes antes de embarcar, somente lá compreendeu o sentido do termo. Para ele, a função mais nobre a se aspirar para um ingressante no serviço militar é ser soldado da ONU.

“Foi a missão da minha vida. Eu não tenho dúvidas”, reconhece o capitão, que já esteve em missão no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, antes da experiência.

Em 1º de junho de 2004 o Brasil assumiu a missão no Haiti. Há dez anos, portanto. Uma das intenções é a de ajudar na reconstrução do país que foi vítima de um terremoto em 12 de janeiro de 2010, quando mais de 200 mil pessoas perderam a vida e mais de um milhão ficaram sem nada. O cenário caótico levou os militares bra-

**“ Foi a missão da minha vida. Eu não tenho dúvidas disso. Lá a gente tem de cuidar pra não perder a crença de tudo**

sileiros a situações extremas. “Era comum encontrarmos indivíduos, seja homem, mulher, idoso ou criança, agaiado, fazendo as necessidades na rua”.

Os militares contaram com acompanhamento psicológico. “Lá a gente tem de cuidar pra não perder a crença de tudo”. Além das questões psicológicas, os militares enfrentaram desafios físicos. Era comum eles carregarem diariamente mais de 20 quilos, sem contar com a munição. O capitão explica que um dos desafios da missão foi admitir as diferenças culturais entre os dois países.

Santa Catarina é três vezes maior que o Haiti. O país tem 27.750 quilômetros quadrados. Da população total do país, 95% são negros. O idioma oficial é o crioulo e a terceira língua já é o português. No aspecto religioso, 80% são católicos. Há ainda forte influência das religiões de matriz africana.

Na mesma ilha onde está Porto Príncipe, a capital haitiana, fica Punta Cana, na República Dominicana, um paraíso de resorts e grande concentração de renda. A base econômica do Haiti é o açúcar. Ex-colônia da França, o Haiti é a primeira república liderada por negros no mundo.

## EM BLUMENAU

Além da fábrica de bicicletas infantis Nathor, boa parte dos haitianos que chegam a Blumenau trabalham no posto de combustível Zandoná e na Cristaleira Strauss, ambos na Itoupava Central. Eles reservam parte do salário recebido para enviar aos familiares no Haiti. É o caso de Emanuel Faustim, que deixou quatro filhos lá. Ele recebe R\$ 1.200 como electricista, dos quais R\$ 450 estão reservados para o aluguel da quitinete e pelo menos R\$ 300 para os filhos. “O salário é baixo, mas os brasileiros recebem bem os haitianos. No Haiti agora está muito ruim de emprego”, conta.

Uma das formas de Emanuel amenizar a saudade do país natal é ouvir emissoras de rádio do Haiti. A participação na igreja também se tornou uma forma de reunião e troca. A Assembleia de Deus da Itoupava Central passou a oferecer o culto no idioma dos haitianos por garantir uma assistência espiritual aos imigrantes, já vulneráveis emocionalmente pelo distanciamento da família e do país. Soint Pierre Bertho é outro haitiano que vive na Itoupava Central. Ele não sabe o que é Oktoberfest e Vila Germânica. E diz gostar de viver aqui, apesar da saudade apertar. “Eu conhecia o Brasil antes pelo futebol, Neymar e Michel Teló. Já gostava e agora ainda mais”, conta.



De cima para baixo: Igreja Assembleia de Deus, na Itoupava Central, faz cultos aos domingos em crioulo, o idioma materno dos haitianos. Futebol é ponto de encontro e divertimento entre os imigrantes que chegam à Blumenau. À direita, haitianos no refeitório da fábrica de bicicletas infantis onde trabalham na cidade em dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo. E ao lado o haitiano Soint Pierre Bertho, 25 anos, mostra a foto com a namorada que deixou no seu país: ele reclama da saudade da companheira e da família. Os imigrantes que chegam à cidade têm em comum a garra de buscar novas esperanças na cidade e o desejo de trazer os familiares que ficaram no Haiti para o país.

# SOBRE AMERICANISMOS E BRASILIDADES

POR OSCAR KROST

Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-FURB. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais-UFRGS - oscarrost@hotmail.com

**D**ia desses, li nas redes sociais uma severa crítica à proliferação de “sushi bares” na cidade em que resido, internacionalmente conhecida por sua colonização germânica e pelos esforços no cultivo das tradições ancestrais arquitetônicas e culturais. A crítica, contudo, não se destinava à adulação da gastronomia oriental em si, mas ao fato destes mesmos cidadãos-consumidores não dirigirem mesma postura aos demais valores da filosofia que a originava, como o respeito ao outro, a preocupação com o equilíbrio das relações e a tentativa de manter a mente em um estado de paz.

países do globo, diga-se de passagem, “bastiões da liberdade universal”, especialmente, dos indivíduos.

Embora também representem parte do Novo Mundo, seus colonizadores não tiveram o mesmo interesse extrativista que os nossos, por várias razões, com destaque ao fato do clima e do relevo das faixas litorâneas, primeiramente ocupadas, favorecerem a produção das mesmas culturas havidas na Europa, o que não ocorria no Brasil, onde o calor, a fartura de água e a multiplicidade de espécies animais e vegetais o tornavam um verdadeiro mercado de artigos exóticos, de alto valor comercial a custo zero.

Partindo de tais fatos, nota-se um direcionamento diverso de cada grupo de colonizadores: de um lado ingleses-mercadores pré-industriais, outros portugueses-extrativistas sem qualquer plano de desenvolvimento próprio.

Tal distinção, aliada à influência do protestantismo, às perseguições a determinados grupos étnicos, bem como da parcial homogeneidade cultural, política e ideológica dos emigrantes, para ficar apenas em alguns aspectos, torna fácil começar entender o porquê dos cidadãos da Federação dos Estados Unidos da América lutarem tanto para, desde o século XVIII, assegurar de forma expressa a autonomia de cada um de seus entes, tornando residuais os poderes do governo central, em verdadeira ação centrípeta (de fora para dentro, com força de atração). Há um desejo de serem estados unidos, aqui sem qualquer intenção de fazer trocadilho, porém dotados de autonomia. Em sentido oposto, em terra brasílica, os estados, capitanias ou províncias, independente do nome ou divisão territorial que se adote, sempre foram usurpados de suas liberdades políticas, servindo primeiro aos interesses da metrópole (Brasil colônia), depois à corte portuguesa (Brasil império) e, finalmente, ao governo central (Brasil república), gerando um federalismo do tipo centrífugo (do centro para fora, com força de repelência), no qual não há maior identidade da periferia com o centro, tornando mais do que comuns aspirações separatistas e emancipatórias.

No EUA, cada estado possui liberdade para elaborar leis, inclusive penais, com tanta amplitude ou mais do que muitas nações do mundo, tendo por único limite uma Constituição Federal com mais de 200 anos, datada

de 1787, e apenas 25 artigos, com um governo de perfil pouco intervencionista e particulares autônomos e responsáveis. Os cidadãos, ainda que em um modelo de democracia representativa indireta, por colegiados, em movimento ascendente, estabelecem as pautas do Estado, principalmente em âmbito interno.

Já no Brasil o modelo de Estado é distinto, assim entendido o aparato burocrático, anterior aos próprios conceitos de povo ou de território, na medida em que no período colonial, antes mesmo da delimitação de terras, já se fazia presente uma estrutura político-organizacional encarregada de extrair riquezas e fixar marcos normativos, a fim de obter ganhos para a Corte Lusitana, embora o voto dos representantes do povo seja feito direta e nominalmente destinado por este.

Percebe-se uma grande diferença: o governo aqui se impõe aos cidadãos, os quais têm suas liberdades cerceadas, sendo o poder localizado na capital federal autorizada a definir quase tudo, delegando aos governos dos estados, onde, efetivamente, é produzida a riqueza, liberdades residuais e pontuais, o que acaba gerando reflexos sobre o agir dos cidadãos, não ouvidos e desemperados, termo antitese do tão em voga utilizado na atualidade, em meros sujeitos passivos de tutela, em um movimento de sentido descendente.

Não estou, com isso, defendendo a liberalização da política e da economia, tampouco a instauração de um Estado mínimo ao feitio do preconizado pelo Consenso de Washington, no final da década de 1980, produtor de um verdadeiro Darwinismo Social, no qual as tónicas são a competição e o individualismo, e a sobrevivência, predicado dos mais aptos.

Ao contrário, gostaria apenas de suscitar o debate, a partir de opiniões, senão isentas, despidas de “pré-conceitos”, aproveitando o forte calor das manifestações populares iniciadas em junho de 2013, para deixar claras algumas premissas a nossas frequentes dúvidas sobre o verdadeiro valor do Brasil como país e de seu povo como verdadeira civilização, admirados e cantados em prosa e verso por todo o mundo, mas, na fala de Nelson Rodrigues, perseguido por uma verdadeira síndrome de “vira-latas” em seu íntimo.

Pensem. Reflitam. Discutam. E, se sobrar algum tempo, do que não tenho dúvida, antes das eleições de outubro, aproveitem e cantem “pra frente Brasil, salve a seleção!!!!”

“

**“Americanismos” por aqui gracejam. Preferimos ler em vitrines de lojas o termo off ao invés de liquidação ou ir a shoppings centers no lugar de centros de compras, sem qualquer pudor ou sinal de arrependimento**

Não pude deixar de achar de graça nesta observação, pois além de pertinente, também se aplica a uma série de outras experiências que vivenciamos dia após dia neste Brasil com sobra e/ou falta de identidade.

“Americanismos” por aqui gracejam. Preferimos ler em vitrines de lojas o termo off ao invés de liquidação ou ir a shoppings centers no lugar de centros de compras, sem qualquer pudor ou sinal de arrependimento.

Mas o que mais me traz inquietação é a crença quase cega de que em terras estadunidenses tudo prospera, por ser aquele um povo obstinado e detentor de todas as virtudes necessárias ao progresso e a felicidade, enquanto que por aqui, Pero Vaz de Caminha, desde 1500, afirma que tudo se plantando, dá, o mesmo não podendo se dizer de seus filhos, verdadeiro amontoado de gente aqui despejada por obra do acaso.

Mito, puro mito.

Não há diferenças significativas entre os habitantes do norte e do sul. O clima dos trópicos, aliás, facilita muito mais, pela média mais elevada de temperaturas ao longo do ano, a vida animal e vegetal.

Mas por que, então, por lá as coisas “fluem” e por aqui, aparentemente, “patinam”?

Teorias e lendas não faltam na tentativa de justificar o que existe e acontece, mas a maioria peca pela credence em elementos transcendentes, místicos ou preconceituosos.

Tentarei ser breve, indicando uma leitura interessantíssima e que me serviu de inspiração para este articulado: “Armas, germes e aço” de Jared Diamond, no qual o autor, biólogo de formação, busca explicar a partir de acontecimentos geográficos, históricos e antropológicos o desenvolvimento não linear dos seres vivos em todos os continentes, tornando clara, ou melhor, menos obscura e ideológica, a causa da invasão da América Pré-colombiana pelos espanhóis, com êxito, e não o contrário.

Reverenciamos o modo norte-americano de vestir, comer, beber, enfim, de viver, mas não damos a mesma importância aos aspectos histórico-culturais que fizeram com que os irmãos anglo-saxões se arvorassem em se auto-proclamar, sem qualquer consulta aos demais



# O OUTRO LADO DA BARRAGEM NORTE, JOSÉ BOITEUX: AS ENCHENTES E O DESCASO COM A TERRA INDÍGENA XOKLENG-LAKLÃNÕ



FOTO: JASOM DE OLIVEIRA

*POR JASOM DE OLIVEIRA*

**Assessor de Projetos, assessor de projetos do Conselho de Missão entre Povos Indígenas COMIN / Leste Catarinense**

**E**de conhecimento e de angústia de todos a situação de muitas cidades catarinenses frente às chuvas. Blumenau, Jaraguá do Sul, Guarapiranga, Rodeio, Corupá, Massaranduba, Schroeder, Gaspar, entre tantas outras. Até a metade do mês de junho, segundo as notícias veiculadas na imprensa, 42 cidades foram atingidas pelas chuvas, sendo que 30 cidades decretaram situação de emergência. Desespero e incertezas novamente estão presentes, e em pouco tempo. Nesta triste lista mais um nome precisa ser adicionado e que por inúmeras vezes é ignorado, e que tem papel fundamental para que a tragédia não seja pior: o outro lado da barragem.

A Barragem Norte, localizada em José Boiteux, é uma das três barragens que controlam o forte fluxo de água que entra no Rio Itajaí-Açu. Para minimizar a quantidade de água que chega às cidades do Vale do Itajaí este muro precisa contê-la. A Barragem Norte foi finalizada em 1992, com capacidade de aproximadamente 355.000.000 m<sup>3</sup> em uma área de 870 hectares. No entanto, passa despercebida pela mídia e pelas cidades que atrás deste muro têm em torno de 640 famílias que vivem na Terra Indígena Xokleng-Laklãnõ e são afetadas – direta ou indireta – todas as vezes que ocorre excesso de chuvas na região. A Terra Indígena está localizada nos municípios de José Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, e organizada em oito aldeias Xokleng – Sede, Barragem, Palmeira, Figueira, Coqueiro, Toldo, Pavão e Bugio – e uma aldeia Guarani – Takuaty.

Desde o início da construção, em 1972, os impactos causados pela barragem são imensuráveis e se repetem a cada nova enchente que ocorre na região: interferência negativa nas tradições culturais, pois a comunidade que vivia unida em torno do Rio Hercílio necessitou se separar em diferentes aldeias para fugir das inundações; famílias desabrigadas; casas inundadas e condenadas; falta de água potável e alimentos; estradas interditadas; aldeias isoladas; cancelamento das aulas nas escolas; profissionais da saúde não conseguem fazer o atendimento nas aldeias; riscos de novos deslizamentos; insegurança e angústia pela próxima enchente.

Desde a década de 1980, diferentes convênios foram firmados com os órgãos públicos para que fossem tomadas medidas preventivas, corretivas e compensatórias pela destruição causada na Terra Indígena. O primeiro convênio foi assinado em 1981, o Convênio n.029, entre a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, que foi o executor da

barragem. Em 1987 foi firmado o Protocolo de Intenções entre os mesmos órgãos. Em 1992, devido à morosidade e descaso dos órgãos competentes para realizarem o que foi firmado, a comunidade Xokleng fez uma expressiva manifestação que resultou em mais um Protocolo de Intenções, agora assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, FUNAI e Governo do Estado de Santa Catarina. Em 1998, o Governo do Estado e o Ministério do Orçamento e Planejamento assinaram o Convênio n.041, referente a mais um Protocolo de Intenções, pois até 1997 o protocolo anterior não havia sido concretizado e a comunidade indígena novamente se manifestou. Em 2007 a Justiça Federal condenou a União e o Estado de Santa Catarina a cumprirem o protocolo de intenções entre os governos federal e estadual, para compensação dos prejuízos à comunidade Xokleng, pois considerou que parte das medidas não foi efetivamente cumprida. Das medidas compensatórias, conforme as lideranças indígenas, até hoje foram construídas 186 casas das aproximadamente 280 casas prometidas, não foram construídas duas pontes pênsil que seriam fundamentais para a ligação entre quatro aldeias e melhorias de estradas que dão acesso às cidades vizinhas e entre aldeias. Segundo João Maurício Farias, superintendente da FUNAI para a Região Sul, em entrevista para Elaine Tavares e postado no Youtube, é urgente a necessidade de um estudo de impacto socioambiental da Barragem Norte na Terra Indígena Xokleng-Laklãnõ.

Conforme o Jornal Santa Catarina, publicado no dia 10/06/14, o diretor de Respostas aos Desastres da Secretaria de Estado da Defesa Civil, James Rides da Silva, assegurou que a comunidade Xokleng já foi indenizada pelo alagamento das terras. No entanto, basta visitar a Terra Indígena para confirmar que as estradas de acesso ficam submersas, casas ficam alagadas, aulas continuam sendo canceladas, aldeias ficam isoladas e outras consequências que atentam a vida da comunidade indígena. Nesta última cheia na Barragem Norte foram contabilizadas quatro aldeias isoladas (Pavão, Sede, Coqueiro e Toldo); sete aldeias sem água potável da rede, somente por poço artesiano e de nascente, quem tiver; famílias que saíram de suas casas por estarem com risco de deslizamento; seis casas inundadas e uma casa que desmoronou; as quatro principais ruas de acesso e ligação entre as aldeias foram danificadas e/ou submersas, sendo que algumas até a metade do mês de junho continuam intransitáveis. Com as estradas nesta situação, as crianças não têm acesso à escola; trabalhadores e trabalhadoras têm dificuldades, em alguns casos estão

isolados, para irem aos seus empregos nas cidades de entorno. Em relação aos empregos, segundo informações das lideranças indígenas, em situações passadas ocorreram demissões pelo fato de os indígenas não conseguirem comparecer em seus locais de trabalho devido ao isolamento causado pelas chuvas. Segundo a Cacique Presidente da Terra Indígena, Cintia Nubia M. Machado, no ano passado a Aldeia Toldo ficou isolada por 40 dias. Felizmente ainda não foi registrada nenhuma morte.

Referente às casas alagadas, James argumenta que as casas atingidas ficam na área de alagamento da Barragem Norte. Ainda que o volume de água nunca tenha atingido a altura deste fim de semana, quando ultrapassou os 50 metros de altura, as casas dos Xokleng foram erguidas dentro da área alagável. Também é importante ressaltar que entre as casas erguidas dentro da área alagável, estão as casas que o próprio Estado ergueu como medida compensatória, ou seja, o planejamento realizado para a construção destas moradias se mostrou falho. Há outras casas, também construídas pelas medidas compensatórias, que já foram condenadas pela Defesa Civil. Oficialmente existem catorze casas condenadas, praticamente a Aldeia Figueira por inteiro, a partir de um estudo de riscos realizado em 2013. No entanto, a insegurança que é visível em outras dezenas de casas assusta os moradores e deixa incerto o futuro da comunidade.

Cerca de 200 pessoas estão mobilizadas, em frente à casa de Máquinas da Barragem Norte protestando quanto ao descaso desta lamentável situação que mais uma vez está se repetindo e à morosidade de décadas para o cumprimento dos Protocolos de Intenções. Mais uma vez o povo Xokleng está se manifestando, pois como nos conta a história, se assim não o fizessem, talvez até hoje estivesse vigorando o Convênio n.029/81 e nada teria sido feito. O objetivo desta mobilização, segundo as lideranças indígenas, é de mais uma vez cobrar o que foi acordado com os órgãos públicos para que sejam cumpridas as reivindicações e sejam sanadas algumas perdas, pois todas não são possíveis. Bazilio Lili Priprá, cacique da Aldeia Barragem, relembra com tristeza momentos de sua infância onde brincava e tomava banho nas margens do Rio Hercílio, que hoje é apenas uma espécie de lagoa suja e cheia de lama. Ainda, segundo o cacique, é preciso deixar claro que a comunidade indígena não é contra a Barragem Norte, pois tem consciência de quantas vidas ela protege no Vale do Itajaí. Mas chama a atenção que outras vidas também precisam ser respeitadas e protegidas, as da Terra Indígena Xokleng-Laklãnõ.

# A APRENDIZAGEM PARTICIPATIVA BASEADA EM PROJETOS-PROBLEMA (APP) COMO BASE PEDAGÓGICA

FOTO: ARQUIVO

*POR LARS BOHN*

Professor dinamarquês da Universidade de Roskilde - [tasswarf@gmail.com](mailto:tasswarf@gmail.com)

**A**prendizagem Participativa Baseada em Projetos-Problema (APP) é um modelo pedagógico no qual os estudantes pesquisam e tratam um ou mais problemas relacionados com sua realidade social. Por isto, a APP não é só uma estratégia pedagógica de motivação dos estudantes. Também consiste em treinamentos práticos voltados ao como trabalhar, dentro da sua área de conhecimento, sobre determinado assunto, uma vez concluídos os estudos em si. A APP é um treinamento para se pensar de forma independente, com enfoque na resolução criativa de problemas, na colaboração e na responsabilidade sobre a própria aprendizagem. Esta forma de trabalho requer grupos de estudantes, constituídos em torno de um problema particular que lhes seja de interesse.

Os problemas são tratados a partir de diferentes ângulos, independentemente das tradicionais fronteiras interdisciplinares. A adoção da teoria e do método a serem empregados é operada a partir do assunto escolhido, e não da tradição acadêmica. O professor é, por isto, um intermediário que, em parceria com os estudantes, assume o papel de iniciador, inspirador, supervisor e consultor. Ele ou ela também tem de assegurar que o produto do trabalho se enquadre na área em questão.

Há que se concluir o trabalho com um produto concreto. Pode ser uma apresentação oral, um relatório escrito, um podcast, um vídeo, etc., ou pode ser uma combinação das diferentes formas.

APP tem muito em comum com o modelo de ensino conhecido de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP; Inglês: PBL). A diferença decisiva é que no ABP são os professores que definem os problemas em tema e como o processo deverá prosseguir. Os estudantes identificam quais tipos de saberes e habilidades eles tem que dominar e decidem objeti-

vos de aprendizagens em conjunto com isso. Na tradição de APP, é considerado fundamental que os próprios estudantes decidam tema e problema do trabalho de projeto, como tem que ser os próprios estudantes que buscam e escolham a literatura necessária. Assim, resta uma maior responsabilidade nos estudantes, e assim também lhes garante mais independência e maturidade. Nessa maneira, o processo treina os estudantes a trabalhar independentemente e efetivamente, e de dispor o processo de trabalho em concordância com o tempo disponível – habilidades úteis quando a vida de estudante for substituída pela vida de trabalho.

Fundamental na APP é a forma de ensino, que rompe com a relação tradicional entre professor e estudantes, na qual o professor seria o dono da verdade e os estudantes seriam receptores passivos. Deve haver lugar para exigências mútuas, para se abordar conflitos e desacordos abertamente – tanto entre estudantes pertencentes a diferentes grupos de projeto, como entre estudantes e docentes.

É fundamental, no entanto, reconhecer que não se trata de um relacionamento igualitário entre docentes e estudantes. Pensar isto seria iludir os estudantes e abrir mão da responsabilidade que incumbe aos docentes. Professores e estudantes tanto desempenham papéis diferentes como assumem responsabilidades diferentes. Na APP, o docente é responsável por critérios e procedimentos que certifiquem aos estudantes a opção por projetos inteligentes e sensíveis. Ele tem de assegurar que o projeto aborde um problema real, que realisticamente possa ser tratado na forma de projeto, com os recursos existentes.

A problemática escolhida precisa ser fundamental numa realidade concreta e se adaptar à forma de trabalho que é pró-

pria ao projeto. Tudo isto a partir das disponibilidades de conhecimento, de tempo e de recursos humanos.

Os estudantes são responsáveis pelas suas escolhas específicas e pelas formulações das problemáticas. O supervisor assegura que haja uma contribuição profissional. Os estudantes, por sua vez, realizam o projeto. O professor contribui com críticas, desafios e estruturas durante o período do projeto, e é igualmente responsável pela distribuição clara das responsabilidades. Os estudantes precisam desenvolver o trabalho, que constituirá a base do processo de aprendizagem.

A APP também oferece visão e compreensão sobre as estruturas que constituem a base dos problemas, as quais permitem a transposição a outros problemas, para além das fronteiras interdisciplinares. Competências concretas são treinadas da mesma forma. Por exemplo, a busca de informações, análise, estruturação, formulação, organização de processos de trabalho, colaboração, pensamento criativo, responsabilidade, autocrítica, etc.

A APP dá valor ao sentido de trabalho

“

**A Aprendizagem Participativa Baseada em Projetos-Problema (APP) é um modelo pedagógico no qual os estudantes pesquisam e tratam um ou mais problemas relacionados com sua realidade social. Por isto, a APP não é só uma estratégia pedagógica de motivação dos estudantes. Também consiste em treinamentos práticos**

efetuado e é, portanto, um método pedagógico que promove o desenvolvimento dos estudantes. Garante também que o trabalho seja sempre relevante e que se mantenha o desafio aos participantes.

Sempre surgirão problemas, situações que eles perceberão como problemáticas e, por conseguinte, desejarem esclarecê-las. Deste modo, o

ser inteiramente planejado, porque ele nem sempre pode ser antecipado. Os problemas são enfrentados à medida que aparecem (como no mundo real) – e é justamente através deste processo que os estudantes têm sua aprendizagem. Os estudantes adquirem a experiência de trabalhar sob pressão, de resolver conflitos advindos do trabalho em colaboração. Eles são confrontados com a realidade, têm de lidar com seus próprios preconceitos, e são questionados nos seus conhecimentos científicos e metodológicos em geral.

É fundamental que o supervisor entenda bem os aspectos relacionados ao seu papel. O supervisor reconhece a legitimidade da posição dos estudantes, compreende e aceita que estes imprevisivelmente procurem suas próprias abordagens e soluções. O supervisor evita a imposição de suas próprias ideias e conceitos, ou o

juízo, ou ainda a moralização. Ele aceita sem reservas as iniciativas dos estudantes, enquanto mantém seu próprio posicionamento e sua autoridade em termos de conhecimentos e métodos.

A APP é um modelo de ensino que se baseia nos recursos dos estudantes e seus desejos ativos de aprender. Dessa maneira, a APP é um modelo de aprendizagem democrático e emancipatório que ativaria competências de aprendizagem nos estudantes que nem sempre se atuariam nas pedagogias tradicionais. Isto é um benefício para os próprios estudantes, que têm maior possibilidade de se desenvolver tanto humana como profissionalmente. Mas também pode ser um recurso para os professores e para a instituição de ensino em si, porque os estudantes trocam o papel de receptores passivos de conhecimento já produzido pelo de produtor de conhecimento acadêmico – ainda que em tamanho pequeno. Deste modo, os estudantes contribuem com conhecimento novo e com novas perspectivas sobre o conhecimento já existente.

Nas universidades de Universidade de Roskilde (RUC) e Universidade de Aalborg (AAU), a APP é praticada na sua forma mais radical. Em ambas as universidades, a APP é o princípio fundamental de ensino.

No. No entanto, uma universidade ou outra instituição de ensino superior que quer aproveitar da APP pode implementar o modelo numa escala menor. Isto não só e o caso na maior parte das instituições de ensino superior na Dinamarca, como também é no ensino médio, no qual se usa um tipo de APP em 20 % do tempo de estudo. Só é fundamental que a instituição assegure o cumprimento dos seguintes princípios: o exemplar, o da autonomia, o da relevância social, etc. Igualmente, o ensino tem que ser organizado de modo que ele apóie o trabalho de projeto. Isto é: pode ter poucos ou nenhum curso na última fase de um projeto, e caso tenha provas, elas devem ser organizadas de forma que não tirem o foco do trabalho de projeto dos estudantes.

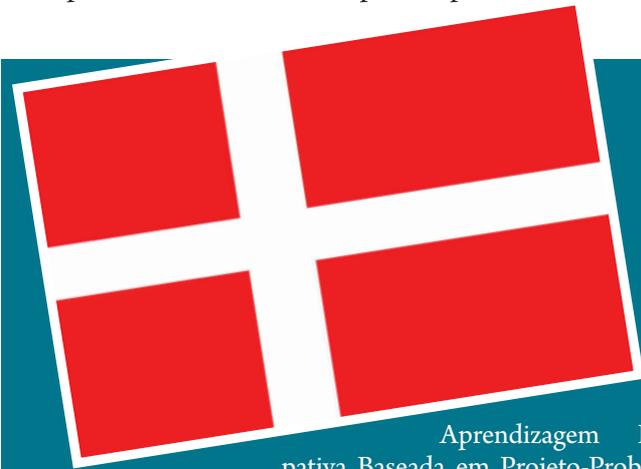
É essencial para uma tentativa bem sucedida com a APP que ambos, professores e instituição de ensino, dêem suporte. Os professores têm que se adaptar a um novo papel, sendo orientador ou guia em lugar de ser instrutor, e a instituição tem que dar espaço e apoio pra essa transição, bem como para o trabalho de projeto como um todo. Caso assumam esses desafios, no entanto, há muito a ganhar em termos de uma aprendizagem melhor e diferente.

“

**A APP é um modelo de ensino que se baseia nos recursos dos estudantes e seus desejos ativos de aprender. Dessa maneira, a APP é um modelo de aprendizagem democrático e emancipatório que ativaria competências de aprendizagem nos estudantes que nem sempre se atuariam nas pedagogias tradicionais. É um benefício para os próprios estudantes**

trabalho não se baseia na disciplina em si, mas no caso a ser tratado. No processo, as fronteiras interdisciplinares são naturalmente ultrapassadas, uma vez que a maioria dos problemas não se limita a áreas demarcadas.

O processo de trabalho não pode



## DA DINAMARCA PARA O MUNDO



Aprendizagem Participativa Baseada em Projeto-Problema é um método pedagógico que nasceu entre os anos de 1960 e 1970 na Dinamarca. A iniciativa é fruto da mobilização dos estudantes estimulada pelo movimento da Esquerda em maio de 1968, na França. O engajamento do movimento estudantil na Europa e nos Estados Unidos era muito forte na época e serviu como pano de fundo para a criação do novo método, além de criar condições para ser possível a implantação do modelo. A inspiração é o cientista alemão Oskar Negt. Paulo Freire também é uma referência. O modelo foi implantado na Universidade de Roskilde, em 1972. Na Universidade de Aalborg chegou em 1974, ambas na Dinamarca.

Na época, a existência da universidade era contestada. Havia um movimento para fechar a Universidade de Roskilde. Na década de 1980, o modelo foi aceito por todas as correntes, inclusive a Direita. Uma das principais contribuições apontadas com este novo modelo pedagógico é a maior facilidade do estudante encontrar emprego.

Os princípios do modelo são o trabalho de projeto orientado para problemas, autonomia dos estudantes, ciclo básico de dois anos em uma das três áreas principais (ciências exatas, ciências humanas e ciências sociais), além da interdisciplinaridade. A autonomia dos estudantes se destaca de outros modelos de aprendizagem baseada em projetos. Em termos profissionais, cria candidatos mais independentes.

Hoje o sistema se espalhou. As duas universidades de origem usam o modelo de forma radical. Quase todas as universidades e outras instituições de ensino superior usam esse método, na Dinamarca. Só na Universidade de Roskilde são 10.000 estudantes formados a partir deste conceito.

Neste modelo de aprendizagem, a responsabilidade do professor não se limita a repassar informações para os estudantes, embora tenha de assegurar que os projetos estejam em concordância com padrões acadêmicos. O professor tem de aprender um novo papel. O estudante não pode ser passivo. O professor Lars Bohn não tem dúvida de que o modelo é aplicável no Brasil. Para ele, o papel mais difícil de mudar é o dos professores e não dos estudantes. “Não porque eles (os professores) não querem, mas porque têm insegurança do novo papel. Como não o conhecem muito bem, a tendência é voltar para o sistema que já conhecem”, explica.

Para ele, uma das principais vantagens do modelo é a motivação

dos alunos na criação do novo saber. Paralelamente, ele vê a habilidade de reflexão crítica, a capacidade de identificar problemas e estratégias no mundo real e de gerar soluções práticas e o saber prático útil no mercado de trabalho, como benefícios fundamentais.

A Universidade de Roskilde (RUC) tem grande interesse de trabalhar junto com uma universidade no Brasil que esteja engajada em formatos de ensino semelhantes, ou que tenha interesse num experimento deste tipo. O interesse também é relacionado aos potenciais de projetos de pesquisa comparativos no Ensino Superior. O plano deveria estabelecer uma possibilidade de explorar as relações entre educação universitária, o ambiente social e a cultura dos estudantes, de modo a bem combinar com a programa de pesquisa de Ensino Superior da RUC.

Quem tem interesse pode contatar o professor Lars Bohn no e-mail: tasswarf@gmail.com ou o Henning Salling Olesen: hso@ruc.dk, telefone +45 4674 2672



# CURTAS

## NÚMEROS SOBRE VIOLÊNCIA E MORTE DE MORADORES DE RUA ASSUSTAM

Notícias de mortes entre a população em situação de rua chamaram a atenção, no ano passado. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), 190 dessas pessoas foram assassinadas entre janeiro e junho de 2013. Em Goiás, ocorreram 22 mortes nesse período. A situação levou a SDH a pedir a federalização das investigações, o que tiraria a competência do estado para fazer desde a denúncia até o julgamento. Até agora, contudo, o pedido não foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Os números podem ser bem maiores, segundo a SDH, a Pastoral de Rua e demais movimentos sociais que acompanham a situação. A invisibilidade social, a falta de registro formal e de pesquisas sobre essas pessoas são fatores que possibilitam que situações de violência vivenciadas todos os dias comecem e acabem ali, na madrugada. É o que mostrou dia 3 de julho o programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil.



ARQUIVO

## FUTURO DO FROHSINN EM JOGO

A primeira reunião do novo Conselho Municipal de Cultura, em junho, discutiu a possibilidade de venda do imóvel do Frohsinn, no Morro do Aipim. A preservação da casa para fins turísticos e compartilhados com a cultura foi ponto de concordância entre o grupo. No entanto, a hipótese de venda do imóvel levou à divisão do grupo. O presidente da Fundação Cultural de Blumenau, Sylvio Zimmermann, votou em favor da venda, no desempate. A Associação Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA), ONG que atua há 41 anos em Blumenau e no Estado, manifestou-se publicamente sobre o episódio. A entidade entende que legalmente a propriedade é de domínio público de Blumenau e a seus cidadãos pertence, desde a doação feita pela família de Dr Blumenau. A ACAPRENA posiciona-se de forma contrária à privatização do imóvel público, unindo-se à manifestação do Instituto de Arquitetos do Brasil. Fechado por decisão judicial, o imóvel espera por uma solução por parte da prefeitura. O imóvel está abandonado e sofre com depredação de vândalos. Localizado no alto do Morro do Aipim, no Bairro Vorstadt, em Blumenau, é considerado um dos principais pontos turísticos da cidade, foi desocupado em outubro de 2012, por determinação da Justiça, e hoje encontra-se fechado. O Expressão Universitária discutiu o tema na matéria central da edição de fevereiro deste ano. Na edição, várias lideranças se posicionaram sobre o assunto e destacaram a importância de manter o espaço como patrimônio público e cartão postal da cidade, e não privatizar o imóvel diante da carência de áreas públicas no município.

ARQUIVO



## PONTE, NOVO SITE DE JORNALISMO INDEPENDENTE ENTRA NO AR

O site Ponte entrou final de junho com a proposta de garantir um novo canal de jornalismo independente, com foco em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. No texto de apresentação, o grupo de jornalistas envolvidos no lançamento diz que a Ponte "surgiu da convicção de que jornalismo de qualidade sob o prisma dos direitos humanos é capaz de ajudar na construção de um mundo mais justo", e que o canal tem como objetivo "agendar o debate público, levar o Estado e a sociedade a buscar soluções para a desigualdade, a injustiça e a opressão".. O site aposta em formatos diversos, com reportagens, ensaios, notícias e análises sempre girando em torno de abusos de autoridade e violações de direitos. Conta a favor do novo projeto a experiência dos profissionais envolvidos, muitos com passagens por redações de alguns dos principais jornais e revistas do país. <http://ponte.org/>

## 2º SEMINÁRIO UNIFICADO DE IMPRENSA SINDICAL REÚNE LIDERANÇAS E TRABALHADORES EM FLORIANÓPOLIS

De 6 a 8 de agosto/2014 será realizado em Florianópolis, pelo Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora, o 2º Seminário Unificado de Imprensa Sindical. O evento será um importante espaço de debates sobre a imprensa sindical na disputa de hegemonia. O tema do seminário deste ano é: "A Democratização da Comunicação e a luta contra a Criminalização dos Movimentos".

Entre os temas que serão abordados estão: Lei de meios – realidade e perspectivas no Brasil e na América Latina; Como andam o jornalismo sindical e as

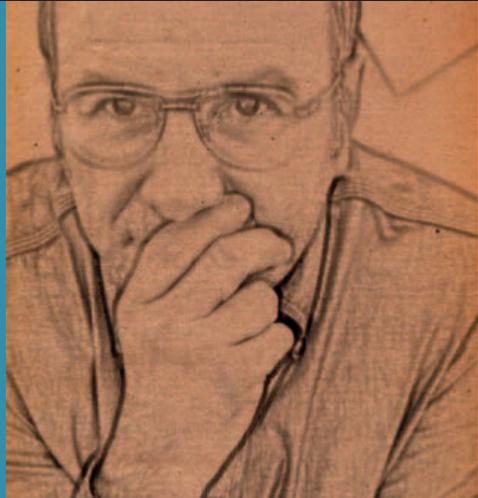
condições de trabalho nas assessorias de imprensa?; A importância da Mídia Alternativa na luta contra a criminalização dos movimentos e a disputa de hegemonia; e A aplicação das redes sociais no jornalismo sindical.

O Seminário é voltado para jornalistas, assessores de comunicação, dirigentes sindicais e estudantes na área de comunicação.

Durante o evento haverá espaço para exposição dos materiais dos sindicatos.

**2º SEMINÁRIO UNIFICADO DE IMPRENSA SINDICAL**  
6, 7 e 8 de agosto/2014  
Hotel Canto da Ilha - Florianópolis - Santa Catarina

Informações:  
[imprensasindical2014@gmail.com](mailto:imprensasindical2014@gmail.com)



# LADO B

## A FURB E A GESTÃO DOS DESASTRES NO VALE DO ITAJAÍ

**E**stá aberta a temporada 2014 de desastres no Vale do Itajaí. Esse ano a temporada começou com a enchente nas cidades de Timbó e Rio dos Cedros, mas também com o pânico generalizado causado pela reforma da Barragem de Taió na região... Os desastres constituem impactos negativos que se estabelecem nos pontos de intersecção entre sociedade e natureza. Quando olhamos para o processo de gestão dos desastres no Vale do Itajaí descobrimos que sabemos muito sobre a natureza, e pouco sobre a sociedade. E uma forma de conhecer um problema constitui também uma forma de resolvê-lo.

É que no domingo dia 09/06, numa entrevista ao site Clicrbs o governador Raimundo Colombo, cercado de assessores da Defesa Civil e da EPAGRI/CIRAM dá uma declaração surpreendente: “a enchente vai ser pequena e breve.” No outro dia a Defesa Civil anunciava que 27 municípios haviam sido impactados e que 13 decretaram Situação de Emergência, e 16.000 desalojadas! E o pior, num esclarecimento pelo Facebook, o Governador afirma que, pasme, disse a frase: “tentando tranquilizar os catarienses”. E, portanto, cabe perguntar: enchente pequena e breve para quem Governador?

Todos aqueles que se ocupam das enchentes sabem que na gestão de desastres a informação constitui o recurso mais precioso. Ela constitui o instrumento que permite as pessoas se prepararem e diminuir os impactos. Por isso, informações precisas e oportunas devem ser disponibilizadas antes por meio de alerta e monitoramento, durante e após os desastres. Quanto mais descentralizadas comunitariamente, mais eficazes são as informações. Contudo, apesar do longo histórico de convívio com os desastres em Santa Catarina, as informações fornecidas pelo poder público não são confiáveis.

A FURB já foi a vanguarda na pesquisa e gestão dos desastres no Brasil. Por mais de 30 anos, a FURB reuniu um conjunto de pesquisadores que produziram sistematicamente informações e permitiam gerir o problema dos desastres localmente. Por isso a FURB converteu-se no centro de formulação de propostas de gestão das enchentes. Mais do que isso, esta expertise possibilitou a formulação e implantação de políticas públicas orientadas localmente como, por exemplo, o Projeto Crise, o CEOPS, o IPA, o Projeto Itajaí, o Comitê do Itajaí, baseadas na convicção de que é preciso aprender a conviver com as enchentes.

Essa história iniciou com a implantação do Projeto Crise em 1983. O Projeto Crise constitui a primeira tentativa brasileira de estabelecer um plano de gestão dos desastres localmente orientado. Por um lado, o Projeto Crise refletiu a percepção de que as medidas estruturais (barragens e melhoramento fluvial) não eram suficientes para a confrontação dos desastres; por outro lado, refletia também a percepção da comunidade regional da necessidade de criar

expertise para gerir os desastres. O Projeto Crise possibilitou a criação de expertise local em duas áreas: a) previsão crise; b) Defesa Civil.

Com a criação do Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, a gestão dos desastres assumiu uma nova institucionalidade na FURB. Reflete a importância que a problemática ambiental assumiu no meio científico e tecnológico dentro da FURB. Assim, a gestão dos desastres deixa de focar somente a questão da preparação, e passa considerar também as consequências geradas pelos padrões de interação sociedade-natureza, com três eixos principais: a) recursos hídricos; b) estudos meteorológicos; c) ecodesenvolvimento. O IPA-FURB reflete a contribuição da FURB para investigação da problemática ambiental.

Essa expertise se transferiu para o Projeto Itajaí no início da década de 90. O Projeto Itajaí exprime a percepção, por parte dos pesquisadores, que o problema dos desastres estava relacionado ao padrão de desenvolvimento regional, ocupação do território e utilização dos recursos. Esta percepção está associada à disseminação da problemática ambiental durante a década de noventa, mas também que não era suficiente para responder aos impactos. Nesse sentido, o debate sobre a confrontação dos desastres passo de respostas para o evento, para um problema de gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

E nos últimos anos essa perspectiva foi ganhando autonomia e se transferiu para o Comitê do Itajaí. O Comitê do Itajaí constitui a convicção de fortalecer a capacidade da comunidade local de gerenciamento que toma como referência a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. É formado por um colegiado constituído por organizações públicas e privadas, que se encarrega de orientar o uso e a proteção da água em toda a bacia hidrográfica. Funciona como um parlamento para debater e deliberar sobre as questões relacionadas às águas e que se exprime por meio da Agência da Água do Vale do Itajaí.

Toda essa tradição de conhecimento e gestão dos desastres está associada à contribuição de uma geração brilhante de pesquisadores. Neste contexto cabe lembrar Beate Frank, Lauro Bacca, Lúcia Servegnanni, Noemia Bohn, Juarez Aumond, entre outros. Claro, estes pesquisadores não estavam preocupados com Currículo Lattes, Qualis, Fator de Repercussão... CAPES! A comunicação dos resultados de pesquisa não se restringia a eventos ou periódicos, mas visava a comunidade regional. Estes pesquisadores não estavam preocupados em publicar artigos, mas em fazer a diferença local!

Contudo, a progressiva inserção da FURB na comunidade científica nacional e internacional afastou os pesquisadores da comunidade regional. Por um lado, este processo está associado à progressiva concentração dos pesquisadores em programas de pós-graduação; por outro lado, ao plano de cargos e salários que valoriza mais a produção bibliográfica que a inserção comunitária. Temos, portanto, o au-

mento do produtivismo e da burocratização da atividade científica. O efeito combinado desse processo foi o progressivo afastamento dos pesquisadores dos problemas efetivos do Vale do Itajaí.

No fundo dessa nossa tradição de gestão dos desastres encontra-se a dialética centralização-descentralização. A convicção que temos capacidade de conhecer e confrontar localmente o problema dos desastres. Com a perda da capacidade local da FURB de produzir conhecimento e enfraquecimento da expertise, as informações e decisões dos desastres começaram a ser centralizadas em Florianópolis junto a Defesa Civil e o CIRAM/EPAGRI. As consequências foram o aumento da vulnerabilidade da comunidade regional aos desastres, como revelam as infelizes declarações do governador e seus assessores.

Neste contexto, o desafio da FURB é recuperar a confiança da comunidade na gestão dos desastres. Para isso, precisamos adotar quatro ações relacionadas: 1) inverter a atual ênfase da publicação em periódicos pela aplicação do conhecimento; 2) criar instâncias de qualificação profissionalizante na área de desastres para a comunidade; 3) reforçar a imagem pública de nossa tradição institucional de gestão dos desastres; 4) mobilizar apoio público e privado para renovar a equipe e os equipamentos de pesquisa dos desastres. Afinal, simetricamente

toda forma de resolver um problema exprime também uma forma conhecê-lo!

“

**Toda essa tradição de conhecimento e gestão dos desastres está associada à contribuição de uma geração brilhante de pesquisadores. Neste contexto, cabe lembrar Beate Frank, Lúcia Servegnanni, Noemia Bohn, Juarez Aumond, entre outros. Claro, estes pesquisadores não estavam preocupados com Currículo Lattes, Qualis, Fator de Repercussão... CAPES! A comunicação dos resultados de pesquisa não se restringia a eventos ou periódicos, mas visava a comunidade regional. Estes pesquisadores não estavam preocupados em publicar artigos e sim, em fazer a diferença local!**

# INSPIRAÇÃO

## IRMÃO D'OUTRAS TERRAS

*(Para Shirlei e Tamajara, as irmãs que herdei)*

*Tu vieste de terras distantes,  
De terras d'além mar.  
Deixaste pra trás a família, a pátria querida, o amor.  
Ah! Quanta saudade sentiste, mas nunca mais pudeste voltar!  
Vieste para uma terra que não era tua,  
Que não tinha os teus costumes, tua cultura, tua comida.  
Não vieste fugindo da fome e da guerra,  
a procurar uma vida melhor.  
Não! Tu não querias vir, mas obrigaram-te,  
Roubaram-te da mãe África,  
Arrancaram-te de casa a força.  
Quantas lágrimas derramaram por ti do outro lado do mundo,  
Quantas lágrimas do lado de cá tu derramaste.  
Na tua terra eras nobre.  
Aqui, escravo.  
E como escravo foste mantido tanto tempo,  
Tratado como se fosse objeto, quiçá mercadoria.  
Mas não eras, eras homem.  
E como homem lutaste, conquistando o  
direito de ser tratado como gente.  
Não podiam mais manter-te acorrentado,  
estavas quebrando os grilhões.  
Então veio a Lei Áurea, aquela que não libertou.  
E tu passaste de escravo objeto, a excluído favelado.  
Quando tentavas fugir, te caçava o Capitão do Mato,  
Hoje quem te caça é o Capitão do BOPE.  
Mas foste tu, irmão Negro, quem construiu  
as riquezas desta terra.  
Foste tu quem plantou e colheu o café, a cana-de-açúcar...  
Com teu suor e sangue encharcaste esta terra.  
É do suor e sangue dos teus que brota todos os dias a luta;  
A luta, por liberdade.  
Segue irmão. Segue firme na batalha, não desistas.  
Como os teus acreditaram, acredites  
também conquistar a liberdade!*

*Por Sandra Tolfo  
Professora e Cientista Social*

Ocupação do Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem Terra  
(MST) em Aberlado Luz, SC

FOTO: JULIANA ADRIANO

